

AULAS REMOTAS PARA ALUNOS DE INCLUSÃO: VISÃO DE PROFESSORES DE AEE

Vanessa Aparecida Palermo Campos¹
João Carlos Pereira de Moraes²

1. INTRODUÇÃO

Uma educação comprometida com a cidadania e com a formação de uma sociedade democrática e não-excludente deve promover o convívio com a diversidade, pois essa é uma característica da vida social brasileira. Para isso, a escola inclusiva deverá ser uma meta buscada por todos os cidadãos comprometidos com o fortalecimento de uma sociedade democrática, justa e solidária.

Nesse sentido, a Educação Inclusiva assegura que os alunos frequentam classes comuns com colegas não deficientes da mesma faixa etária. Mas e quando o cenário atual não é o que esperamos? Vem uma pandemia, as escolas se fecham, tendo-se a impressão de que o mundo parou. E a vida tem essa habilidade de mostrar que o impensável e o improvável acontece e que nossos horizontes de ação podem ser limitados.

Frente a essa realidade nessa pesquisa, o objetivo é refletir a visão dos professores de Atendimento Educacional Especializado (AEE) sobre as aulas remotas para os alunos de inclusão frente ao cenário atual de pandemia

2. METODOLOGIA

Inúmeras técnicas que podem ser aplicadas para a obtenção de dados em uma pesquisa qualitativa. Para estabelecer quais utilizar é preciso considerar, por exemplo, o problema de pesquisa, os objetivos, os sujeitos que dela colaboraram e o local de onde ocorreu o estudo.

Sabe-se que o questionário é um instrumento de critério quantitativo, desenvolvido cientificamente. Refere-se de uma técnica aplicada com frequência para obtenção de informações e pode abranger questões para atender a necessidades específicas de uma pesquisa e que, se utilizando criteriosamente, apresenta elevado grau de confiabilidade.

De acordo com Marconi e Lakatos (1999), o questionário tem o objetivo de coletar dados de um grupo correspondente. Composto por um conjunto de perguntas ordenadas conforme o critério pré-determinado e tem a vantagem de atender um determinado grupo de maneira simultânea.

A aplicação de questionários para a coleta de dados e desenvolvimento da pesquisa, parte do princípio da exploração inicial da investigação, levantando dados importantes para a sequência do trabalho e delimitação do espaço e sujeitos pesquisados.

¹ Mestranda em Educação pela UNESP/Marília-SP. Email: va_palermo@hotmail.com

² Doutor em Educação pela USP. Email: joaocarlos_moraes@yahoo.com.br

Foram convidados a participarem do estudo, 8 professoras, que atuam com Atendimento Educacional Especializado (AEE), atuantes nas escolas da Rede Municipal de Ensino de Ourinhos/SP. Todas do sexo feminino, com idades entre 32 a 67 anos.

Para a coleta de dados, foi aplicado um questionário eletrônico, elaborado pela ferramenta Google Docs. O envio foi realizado por meio de mensagem e-mails. O questionário gerou respostas de múltipla escolha e descritivas. Os nomes dos participantes foram referidos pela letra P, de professor, seguido de um número de referência pela ordem dos questionários respondidos, para que suas identidades não fossem reveladas.

Após sua aplicação, procedemos com o tratamento estatístico e seus resultados poderão ser conhecidos em seguida.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao considerarmos nosso objetivo de refletir sobre a visão dos professores de AEE sobre as aulas remotas para os alunos de inclusão frente a esse cenário atual de pandemia, em nosso questionário, organizamos uma seção de perguntas sobre o perfil de cada professor.

A formação das 8 professoras era Pedagogia, e das especializações apenas duas foram citadas: Educação Especial e Tradutor Intérprete de Libras. O tempo de experiência de trabalho na docência nessa etapa de educação declarado pelos docentes oscilou entre o mínimo de 2 anos e no máximo 9 anos. Os alunos com deficiência atendidos por essas professoras de AEE era: Deficiência Intelectual, Deficiência Auditiva e Surdez, Autismo e Síndrome de Down.

Iniciamos o questionário com uma pergunta que apontava o Decreto 40.539/2020 sobre a medida que entrou em vigor a retomada das aulas remotas, 87% responderam que concordam com as aulas remotas, e 12,5% afirmaram que não concordam. Em face a essa afirmação, perguntamos às professoras respondentes: “Em relação às aulas remotas, a escola produziu algum material ou tutorial para orientá-lo na implantação no novo modelo de trabalho?”. As respostas indicaram que 87,5% responderam que sim, e 12,5% que não receberam nenhuma orientação.

É fundamental que a escola dê subsídios para que a inclusão aconteça e atenda os alunos com qualidade, pautada em elementos legais, como LDB 9394/96 (BRASIL, 1996) e Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988).

Nesse sentido, o que se espera é que o corpo docente esteja preparado para o trabalho da inclusão educacional. Somente, assim, pode ser “abandonada definitivamente as barreiras celetistas de aprendizagem” (SILVA, 2009, p.12) e que o meio social se adapte ao aluno incluído ao invés de buscar-se que o estudante se adapte à sociedade.

Nesse mesmo sentido, questionamos se o ambiente virtual disponibilizado possuía recursos de multimídia adequados para a necessidade do trabalho, 62,5% das professoras alegaram que sim, e outras 37,5% que não.

A inserção de metodologias diferenciadas nas aulas é fundamental para despertar a aprendizagem e isso não se relaciona somente às práticas para alunos inclusivos, isso é necessário para todos os alunos, pois o conhecimento flui com mais naturalidade quando os alunos se interessam e se sentem mais motivados



ISSAPEC

I SIMPÓSIO SUL-AMERICANO DE PESQUISA EM
ENSINO DE CIÊNCIAS – SSAPEC

28 A 30 DE OUTUBRO DE 2020

**Mestrado
em Ensino
de Ciências**



durante as aulas. Tal elemento corrobora com o promulgado pela LDB 9394/96 (BRASIL, 1996), em seu artigo 59, em que propaga que a Educação Inclusiva precisa elaborar “currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades” (BRASIL, 1996).

Perguntamos sobre a participação dos alunos de inclusão nessas aulas remotas, 62,5% responderam que sim, participam, e 37,5% que os alunos não participam.

Ao comentar sobre as dificuldades dos alunos em lidar com as aulas remotas, perguntamos: “ O aluno atendido por você tem condições de participar das aulas/interações sozinho e/ou sem o acompanhamento de um familiar ou responsável? ”, a maioria com 87,5% disse que o aluno não tem condições, e apenas 12,5% que sim, o aluno tem condições sozinhas. Em continuação nesse seguimento, foi abordado sobre a colaboração da família na realização das atividades e trabalhos propostos, 75% responderam que tem o apoio da família, outros 25% disseram que não, isso vindo dificultar o trabalho do professor em realizar as atividades propostas em sala de aula. Se o aluno não tem condições sozinhas e não tem a ajuda familiar, como o professor conseguiria passar algum conteúdo ou ter alguma aprendizagem com esse aluno, uma vez que, sem a participação da família, o trabalho efetivo torna-se impraticável (MANTOAN et al, 2010).

Atribui-se aos pais a responsabilidade pela formação da autoestima da pessoa com deficiência vinculando-se, portanto, a sua função quanto a formação emocional. Conseqüentemente os pais contribuem para a superação dos efeitos negativos da deficiência, favorecendo assim, a própria aceitação de sua condição (ROSS, 1998, p. 241)

A família necessita transmitir à criança força, superação, fortalecendo sua autoestima, deixando aquele estigma de “coitadinha”, fazendo com que a mesma veja que possui capacidade.

Ao perguntar quantas horas por semana em média os professores conseguem uma interação/aula com o aluno, percebemos que a maioria com 75% consegue apenas de 1 a 2 horas/semanais, outros 12,5 de 3 a 4 horas/semanais, e 12%5 nenhum.

Ao comentar sobre as dificuldades em que possui durante a realização do atendimento escolar remoto, os comentários das participantes da pesquisa giram em torno dos seguintes argumentos:

Preciso das ativas impressas para meu aluno (P1)
Meu aluno não possui computador nem internet em casa (P2)
Por ser surdos, necessito de um boa qualidade de conexão de ambas partes, porém não é o que acontece. A tela fica travando a todo momento, com isso o aluno perde partes da interpretação, vindo a dificultar a comunicação entre o aluno surdo e o intérprete. Quando a conexão cai, o aluno fica sem o atendimento, sendo difícil o professor retornar o assunto para o aluno novamente (P3)
Falta de aparelhos eletrônicos, como computador ou celular (P4)
Interação com a Plataforma de Aprendizagem de forma pedagógica (P5)
As interações pessoais (P6)
Se concentrar nas atividades (P7)
Na adaptação das atividades (P8)



ISSAPEC

I SIMPÓSIO SUL-AMERICANO DE PESQUISA EM
ENSINO DE CIÊNCIAS – SSAPEC

28 A 30 DE OUTUBRO DE 2020

**Mestrado
em Ensino
de Ciências**



Gonzáles (2007) afirma que se houver preparação e competência do profissional para lidar de forma eficaz na preparação do projeto educativo, de realizar adaptações curriculares e de adequar nova metodologia, o processo de ensino e de aprendizagem chegará a todos os alunos com deficiência sem dificuldade de assimilação e aplicabilidade do mesmo. Porém estamos falando de uma época em pandemia, na qual o cenário atual é árduo. Desta forma, entendemos que se todos os aspectos para a inclusão forem devidamente atendidos – estrutura física, metodologias adequadas e as necessidades de cada aluno, poderemos considerar que a inclusão educacional de fato está sendo bem aplicada e que a escola está cumprindo seu papel primordial, que é de atender todos os alunos sem fazer distinção entre as dificuldades que os mesmos apresentam (MAZZOTTA, 2003).

Ao indagar se as aulas remotas vêm dificultando a aprendizagem no aluno, sem dúvida, não podemos deixar de falar sobre essa questão de interação professor/aluno, é nela que a formação do cidadão se realiza, estabilizando a missão maior da educação. Sabemos que a situação de isolamento social é estressante para todos, inclusive para os alunos que têm alguma limitação. A inclusão questiona não somente as políticas e a organização da educação especial e da educação regular, mas também o próprio conceito de integração (MAZZOTA, 1996).

Sendo assim, podemos observar que existe uma certa dificuldade em lidar com o atendimento dos alunos da AEE durante as aulas remotas devido a situação de emergência que nos encontramos. Entretanto, se faz necessário neste momento, a colaboração, união e dedicação de todos os familiares e/ou responsáveis para que estes alunos portadores de necessidades especiais sejam assistidos da maneira mais eficaz possível. E é notável que, seja por parte da família ou dos sistemas de ensino, todos estão se empenhando para que as barreiras, tão densas, sejam superadas.

4. CONCLUSÃO

Sabemos que muitos são os desafios interpostos ao sistema ou rede públicas de ensino na implantação da política de inclusão escolar no Brasil, a qual assegura a matrícula do aluno com deficiência em sala de aula comum.

Desta forma, percebemos, é essencial que a escola, os alunos e os professores se adaptem a essa realidade, acolhendo bem esses alunos, preparando materiais adequados à aprendizagem e se aperfeiçoando para que a inclusão seja de fato significativa e promotora de conhecimento e desenvolvimento para a vida do aluno incluso e não seja meramente mais uma forma de exclusão.

Outro aspecto importante é a parceria da família com o professor de AEE, para que as atividades propostas sejam devidamente colocadas à criança de acordo com suas possibilidades, no intuito de que saiba realizá-las, sentindo-se incluída, uma vez que esse caráter da inclusão.

Percebemos que a visão das professoras especialistas sobre as aulas remotas em tempo de pandemia para alunos de inclusão ainda é falha. As professoras apresentaram a falta de recursos e materiais pedagógicos adequados ao trabalho e apoio da família.

Mesmo assim, acreditamos que a escola regular deve buscar receber e atender com qualidade todos os alunos, independente das características que



ISSAPEC

I SIMPÓSIO SUL-AMERICANO DE PESQUISA EM
ENSINO DE CIÊNCIAS – SSAPEC

28 A 30 DE OUTUBRO DE 2020

**Mestrado
em Ensino
de Ciências**



possam apresentar. Ela é o espaço educacional que deve ser usufruído por todos. Os alunos não devem ser deixados de “fora da escola” e mais do que isso, não devem mais ser segregados em espaços escolares diferenciados ou mesmo excluídos dentro da classe comum ou remotamente. O princípio fundamental desta política é de que o sistema regular deve atender a diversidade do alunado, isto é, todos os que se encontram excluídos, frequentadores da escola, mesmo que virtualmente.

5. REFERÊNCIAS

BRASIL. **Declaração dos Direitos de Todos 1990**. Disponível em: http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf. Acesso em: 21/07/2020.

BRASIL. **Parâmetros Curricular Nacional (PCN's)**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>. Acesso em: 12/07/2020.

BRASIL. **Conselho Nacional de Educação. Parecer nº 017/2001**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB017_2001.pdf. Acesso em: 23/08/2020.

FOUCAULT, Michel. **Ordem do discurso (A)**. Edições Loyola, 1996.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér et al. **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: a escola comum inclusiva**. Brasília: Ministério da Educação, v. 1, 2010.

MARCONI. M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1999.

MAZZOTTA, Marcos José. **Identidade dos alunos com necessidades educacionais especiais no contexto da política educacional brasileira**. Movimento – revista de educação, n.07, 2003.

SILVA, Denise dos Santos Vasconcelos; SOUSA, Francisco Cavalcante de. **DIREITO À EDUCAÇÃO IGUALITÁRIA E(M) TEMPOS DE PANDEMIA: desafios, possibilidades e perspectivas no brasil**. Revista Jurídica Luso-Brasileira, Lisboa, v. 4, n. 6, p. 961-979, 04 ago. 2020. Disponível em: https://www.cidp.pt/revistas/rjlb/2020/4/2020_04_0961_0979.pdf. Acesso em: 13 set. 2020.